

Atualizado de acordo com a Lei Societária,  
Normas Brasileiras de Contabilidade,  
CPCs e Resoluções da CVM

**Silvio Aparecido Crepaldi**  
**Guilherme Simões Crepaldi**

# Auditoria CONTÁBIL

**12ª Edição**

**TEORIA E PRÁTICA**

# NORMAS DE AUDITORIA

**NBC TA 240 (R1) – ISA 240**

**NBC TA 700 – ISA 700**

**NBC TA 705 – ISA 705**

**NBC TA 706 – ISA 706**



**Silvio Aparecido Crepaldi**

**@professor.crepaldi**



# OBJETIVOS

## CONHECER TRABALHOS DE ASSEGURAÇÃO

- Categorias das Normas de Auditoria.
- Normas relativas à Pessoa do Auditor.
- Normas relativas aos Trabalhos de Auditoria.
- Normas relativas ao Relatório de Auditoria.



# 3 Bases Conceituais das Normas de Auditoria Independente.

- 1) Normas Internacionais de Auditoria (ISA)
- 2) Generally Accepted Auditing Standards (GAAS)
- 3) Normas locais e regionais

# **NORMAS INTERNACIONAIS DE AUDITORIA – ISA**

**Diretrizes e procedimentos emitidos  
pela *International Auditing and  
Assurance Standards Board* – IAASB.**

**Princípios fundamentais que **Auditores**  
devem seguir.**

**Conjunto de normas internacionais desenvolvidas pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) que fornecem diretrizes e requisitos para a prática da Auditoria.**



Deve ser conduzida de forma **PLANEJADA** e **CRITERIOSA**, visando fornecer uma avaliação independente e fundamentada sobre as demonstrações contábeis.

**A identificação, análise e gestão dos riscos associados ao processo são fundamentais para assegurar a qualidade das conclusões e recomendações emitidas.**



# ***GENERALLY ACCEPTED AUDITING STANDARDS – GAAS***

**Conjunto de padrões e  
diretrizes aplicáveis à prática de  
auditoria.**



# **NORMAS LOCAIS E REGIONAIS**

**Normas de  
Auditoria  
alinhadas com as  
práticas contábeis  
e requisitos legais  
específicos.**



Orientam os **Auditores**  
na **realização** de seus  
exames e na  
**preparação** de  
relatórios.



PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*



Determinam a estrutura dentro da qual o **AUDITOR** decide sobre o que é necessário à elaboração de um **exame** de demonstrações contábeis e à redação do Relatório de Auditoria.

# NORMAS BRASILEIRAS DE AUDITORIA

As **Normas Brasileiras de Auditoria** são as regras ditadas pelos órgãos reguladores da profissão contábil do Brasil e tem por **objetivo a regulação da profissão e atividades**, bem como **estabelecer diretrizes** a serem seguidas pelos Contadores e **Auditores**.

**As Normas Brasileiras de Contabilidade compreendem:**

- 1) Código de Ética Profissional do Contador (Res. 1.560/2019, NBC PG 01);
- 2) Normas de Contabilidade;
- 3) Normas de Auditoria Independente e Asseguração;
- 4) Normas de Auditoria Interna;
- 5) Normas de Perícia.

São classificadas em **Normas Técnicas e Normas Profissionais**.

**NBC TA 200 – Objetivos do Auditor Independente das Demonstrações Contábeis e Condução da Auditoria em Conformidade com as NBCs:**

**220 – Controle de Qualidade da Auditoria; 230 – Documentação de Auditoria; e 520 – Procedimentos Analíticos (aplicáveis em todo o processo de auditoria)**

O diagrama de fluxo das NBCAs apresenta a seguinte estrutura:

- 210 Concordância com os termos do trabalho** (Principal)
  - 320 Materialidade
  - 240 - Fraudes, 250 - Leis e Regulamentos, 402 - Organização Prestadora de Serviços, 510 e 540 - Estimativas, 550 - Partes Relacionadas, 600 - Grupos, 610 - Auditoria Interna; e 620 - Especialistas
- 300 e 315 Planejamento Identificação e Avaliação de Riscos**
  - 330 Respostas (procedimentos) aos Riscos
  - 500, 501, 505, 510, 520, 540, 550, 560, 570 e 590
  - Procedimentos de Obtenção de Evidências de Auditoria
- 450 Avaliação das Distorções**
  - 705, 706, 710 e 720
  - Modificações na Opinião do Auditor
- 700 Conclusão e Formação da Opinião**
  - Série 800\* Relatórios Especiais
  - Série 700 Relatório do Auditor Independente
- 265 Comunicação das Deficiências**
  - 260 Comunicação aos Responsáveis pela Governança





A Norma **NOCLAR** – *Responding to Non-Compliance with Laws and Regulations*, editada pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (lesba) **OBJETIVA** **melhorar as relações entre a administração pública e o setor privado**, atendendo assim ao interesse público.

**ORIENTA Contadores e Auditores a  
comunicar às autoridades  
competentes quando descobrirem, no  
exercício de suas funções, desvios de  
leis e regulamentos, como práticas de  
corrupção, lavagem de dinheiro e  
sonegação de impostos.**

O **COMPLIANCE** é o instrumento de comprovação de aderência a normas e requerimentos estabelecidos, tanto o alinhamento a **regras internas** como o atendimento a **normas externas** decorrentes de leis e regulamentos.





**RISCO DE COMPLIANCE** é o risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, medidas administrativas ou criminais aplicadas à empresa, decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais, regulamentares, normas, autorregulações, padrões técnicos ou códigos de conduta.





PROFESSOR  
*Silvio Crepaldi*

**NORMAS** são para  
**controlar a qualidade** do  
exame e da opinião do  
**Auditor.**

**PROCEDIMENTOS**  
**descrevem as tarefas**  
realmente cumpridas pelo  
**Auditor**, na realização do  
exame.

# NORMAS

**REGRAS** estabelecidas pelos órgãos regulares da profissão contábil com o objetivo de regulamentar o exercício da função de Auditor, estabelecendo orientação de diretrizes a serem seguidas por esses profissionais no exercício de suas funções.



As **FUNÇÕES** do Conselho Federal de Contabilidade – CFC é emitir **legislação sobre a profissão contábil**, que estabelece os conceitos, regras e procedimentos de auditoria e contabilidade (**NORMAS TÉCNICAS**), bem como regular o exercício profissional em si (**NORMAS PROFISSIONAIS**).

# NORMAS GERAIS (pessoa do auditor)

Referem-se, primordialmente, ao caráter, atitudes e treinamento de **Audidores** e são também conhecidas como **NORMAS PESSOAIS**. Dizem respeito:

- ❖ Treinamento técnico e competência,
- ❖ Experiência,
- ❖ Zelo profissional (ceticismo profissional),
- ❖ Atitude de independência mental.

# NORMAS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

Os **Audidores** têm que **examinar evidências suficientes**, extraídas dos registros contábeis do cliente, e os dados que as fundamentam, para justificar a **emissão da Opinião**.



# NORMAS DE OPINIÃO DE AUDITORIA

É de extrema importância que se faça o RELATÓRIO de **modo profissional** e que servem de orientação global para a **preparação da Opinião.**

# IMPORTÂNCIA DAS NORMAS

As NORMAS DE AUDITORIA, juntamente com os PROCEDIMENTOS para sua implementação, **estabelecem** a **ordem e a disciplina** na realização do trabalho auditorial.

A **observância** dessas normas leva à **realização de auditorias completas e objetivas**, com resultados e recomendações palpáveis, fundamentos possíveis de serem justificados.

# RISCO DE AUDITORIA



O **AUDITOR** expresse uma **opinião de auditoria inadequada** quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.

É uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*



# RISCO DE AUDITORIA

**EVIDÊNCIA DE  
AUDITORIA**  
(Apropriada e Suficiente)



**RISCO DE  
AUDITORIA**



são as informações obtidas por ocasião da aplicação dos procedimentos de auditoria e que são utilizadas pelo **auditor** para fundamentar suas conclusões, nas quais se baseia a sua opinião.



é o de que o **auditor** expresse uma opinião inadequada (Relatório sem ressalva) quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. Ele é uma função do risco de distorção relevante e do risco de detecção.

PROFESSOR

*Silvio Cherpaldi*

Na Identificação e Avaliação dos **RISCOS DE DISTORÇÃO RELEVANTE** por meio do Entendimento da Empresa e do seu Ambiente, os procedimentos de avaliação de riscos incluem:

- ❖ **indagações à administração** e a outros na empresa que, no julgamento do **Auditor**, possam ter informações com probabilidade de auxiliar na identificação de riscos de distorção relevante devido a fraude ou erro;
- ❖ **procedimentos analíticos**;
- ❖ **observação e inspeção**.

NBC TA 315 (R2) – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante – 02 SET 2021

# OBJETIVO DO AUDITOR:

- ❖ **identificar e avaliar os riscos de distorção relevantes** nas Demonstrações Contábeis decorrentes de fraudes;
- ❖ obter **evidências** de **Auditoria** suficientes e apropriadas sobre os riscos identificados de distorção relevante decorrente de fraude, por meio da definição e implantação de respostas apropriadas;
- ❖ **responder adequadamente** face à fraude ou à suspeita de fraudes identificada durante a **Auditoria**.

**NBC TA 240  
(R1) – 05 SET  
2016**

Responsabilidade  
do **Auditor** em  
Relação à Fraude  
no contexto da  
Auditoria de  
Demonstrações  
Contábeis

PROFESSOR  
*Silvio Cherpaldi*



# RESPONSABILIDADE DO AUDITOR X DOS DIRIGENTES DA EMPRESA

**A EMPRESA**, por meio de seus dirigentes, é responsável:

- ❖ pelo estabelecimento de diretrizes contábeis adequadas,
- ❖ pela proteção de ativos,
- ❖ pelo planejamento e manutenção de um sistema de controle interno que possa assegurar a apresentação adequada das Demonstrações Contábeis.

# Responsabilidade da Auditoria em relação a **FRAUDE**

A **fraude** pode envolver esquemas sofisticados como falsificação, omissão de registro de operações, falsas representações e conluio.

A capacidade do **auditor de detectar uma fraude** depende da habilidade do perpetrador, frequência, extensão da manipulação, grau de conluio, valores e posição dos indivíduos envolvidos.

A **principal responsabilidade** pela **PREVENÇÃO e DETECÇÃO** da fraude é dos responsáveis pela governança da empresa e da sua administração.

# QUEM É RESPONSÁVEL PELA PREVENÇÃO E DETECÇÃO?





# Nível de segurança e limitação inerente de uma Auditoria:

O **auditor não é obrigado** e não pode reduzir o risco de auditoria a zero e, portanto, não pode obter segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro. Isso porque uma **auditoria tem limitações inerentes**, e, como resultado, a maior parte das evidências de auditoria de que o **auditor** extrai suas conclusões e na qual baseia a sua opinião são **persuasivas** em vez de **conclusivas**.

As limitações inerentes de uma auditoria originam-se de:

- ❖ a natureza das informações financeiras;
- ❖ a natureza dos procedimentos de auditoria; e
- ❖ a necessidade de que a auditoria seja conduzida dentro de um período de tempo e a um custo razoáveis.

# Auditoria de Estimativas Contábeis e Divulgações Relacionadas

O **AUDITOR** deve **revisar os julgamentos e decisões** feitos pela Administração na elaboração destas **estimativas contábeis**, para identificar se há indicadores de possível **tendenciosidade da administração**.

NBC TA 540 (R2) – Auditoria de Estimativas Contábeis – 23 OUT 2019

# NORMAS GERAIS OU RELATIVAS À PESSOA DO AUDITOR

## NBC P1

### COMPETÊNCIA TÉCNICO-PROFISSIONAL

Deve manter seu nível de competência profissional pelo **conhecimento** atualizado das NBCs, das técnicas contábeis, especialmente na área de auditoria, da legislação inerente à profissão, dos conceitos e técnicas administrativas e da legislação específica aplicável à **Empresa Auditada Independente**.



O **AUDITOR** deve recusar os serviços sempre que reconhecer **não** estar adequadamente **capacitado** para desenvolvê-los, contemplada a utilização de especialistas noutras áreas, face à especialização requerida e aos objetivos do contratante.

# INDEPENDÊNCIA

É a capacidade que a **Empresa de Auditoria** tem de **julgar e atuar com integridade e objetividade**, permitindo a emissão de opiniões imparciais em relação à Empresa Auditada, aos acionistas, aos sócios, aos quotistas, aos cooperados e a todas as demais partes que possam estar relacionadas com o seu trabalho.

# AMEAÇAS A INDEPENDÊNCIA



**As ameaças à  
Independência do  
Auditor em  
trabalhos de  
Auditoria  
Independente são:**

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*





## Ameaça de interesse próprio

É a ameaça de que **interesse financeiro** ou outro interesse influenciará de forma não apropriada o julgamento ou o comportamento do **auditor**.

## Ameaça de autorrevisão

É a ameaça de que o **auditor** não avaliará apropriadamente os resultados de julgamento dado ou **serviço prestado anteriormente** por ele nos quais o **auditor** confiará para formar um julgamento como parte da prestação do serviço atual.

## Ameaça de defesa de interesse do cliente

É a ameaça de que o **auditor** promoverá ou defenderá a posição de seu **cliente** a ponto em que a sua objetividade fique comprometida.

## Ameaça de familiaridade

É a ameaça de que, devido ao **relacionamento longo ou próximo com o cliente**, o **auditor** torna-se-á solidário aos interesses dele ou aceitará seu trabalho sem muito questionamento.

## Ameaça de intimidação

É a ameaça de que o **auditor** será dissuadido de agir objetivamente em **decorrência de pressões** reais ou aparentes, incluindo tentativas de exercer influência indevida sobre o **auditor**.

**A determinação dos honorários a serem cobrados por Serviços de Auditoria é uma decisão de negócio da firma que leva em consideração os fatos e as circunstâncias relevantes para o trabalho específico.**

**NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO – 27 NOV 2019**



Os **fatores relevantes**, na avaliação do nível das AMEAÇAS de interesse próprio e de intimidação, criados pelo nível dos honorários de auditoria pelo cliente de auditoria, incluem a fundamentação comercial da firma para os honorários de auditoria e a possível imposição de pressão indevida pelo cliente para reduzir os honorários de auditoria.

**NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO – 27 NOV 2019**

Quando são identificadas **AMEAÇAS**,  
**exceto aquelas**, claramente, insignificantes,  
devem ser definidas e aplicadas  
salvaguardas adequadas para eliminar a  
ameaça ou reduzi-la a um nível aceitável.

Essa decisão deve ser documentada.

A natureza das salvaguardas a aplicar  
varia conforme as circunstâncias.

# SIGILO

**Não revelar** as informações  
que obteve e tem  
conhecimento em função de  
seu trabalho na **Empresa**  
**Auditada.**



# DEVER DO SIGILO

**Deve ser observado na relação entre o Auditor:**

- ❖ e a empresa auditada;
- ❖ entre os Auditores;
- ❖ e os organismos reguladores e fiscalizadores;
- ❖ e demais terceiros.

# **Princípios Fundamentais de Ética Profissional**

**Integridade**

**Objetividade**

**Competência e Zelo profissional**

**Confidencialidade**

**Comportamento (ou conduta)  
Profissional**

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# UTILIZAÇÃO DE TRABALHOS DE ESPECIALISTAS

Ao utilizar-se de trabalhos executados por outros especialistas legalmente habilitados, o **Auditor** deve **obter evidência suficiente** de que tais trabalhos **são adequados** para os fins de sua Auditoria.



# REFERÊNCIA AO ESPECIALISTA NA OPINIÃO

A responsabilidade do **AUDITOR** fica restrita à sua competência profissional. Em se tratando de uma **Opinião sem Ressalva**, o **Auditor** NÃO pode fazer referência do trabalho de especialista na sua opinião.

Em situações onde **Especialista** legalmente habilitado for contratado pela Empresa Auditada, sem vínculo empregatício, para executar serviços que tenham efeitos relevantes nas demonstrações contábeis, este fato deve ser divulgado nas demonstrações contábeis e o **AUDITOR**, ao emitir a opinião de forma **diferente da opinião sem ressalvas**, pode fazer referência ao trabalho do especialista.

# GUARDA DE DOCUMENTAÇÃO

O **Auditor** deve conservar em boa guarda, pelo **prazo de 5 anos** a partir da data de emissão de sua opinião, toda a documentação, correspondência, papéis de trabalho, relatórios e opiniões relacionados com os serviços realizados.



**JULGAMENTO PROFISSIONAL** é a aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria.

**NBC TA 200 (R1) Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria – 5 SET 2016**

# NORMAS DE EXECUÇÃO DO TRABALHO DE AUDITORIA

**Estabelece as bases para identificação, avaliação e gerenciamento de riscos associados à integridade das informações financeiras.**

**A Auditoria será conduzida com base em uma metodologia estruturada em etapas que incluem planejamento, execução e conclusão.**

Incluem as diretrizes gerais e específicas para a prática de **AUDITORIA INDEPENDENTE**, estabelecendo padrões para a conduta, execução e comunicação dos trabalhos de **auditoria**.

Formam a base para o planejamento, execução e conclusão dos trabalhos de **auditoria**, assegurando que os procedimentos adotados estejam em conformidade com as melhores práticas e princípios profissionais.



# Trabalhos de Campo e Coleta de Evidências

- **Testes de Controle:** Avaliação da eficácia dos controles internos da entidade para prevenir ou detectar distorções relevantes nas demonstrações contábeis.
- **Testes Substantivos:** Verificação detalhada das transações e saldos contábeis, incluindo a aplicação de técnicas de amostragem para validar a integridade das informações.
- **Procedimentos Analíticos:** Análise de tendências e relações financeiras para identificar possíveis distorções ou áreas que necessitam de investigação adicional.

Consiste na **obtenção de evidências apropriadas e suficientes** para respaldar as conclusões da **Auditoria**. As principais atividades realizadas durante a **execução do trabalho** são:

- ❖ **desenvolvimento dos trabalhos de campo** – consiste na coleta de dados e informações, as quais devem ser precisas, completas e comparáveis;
- ❖ **análise dos dados coletados**, representados por entrevistas, questionário e observação direta.
- ❖ **elaboração da conclusão**.

# PLANEJAMENTO E SUPERVISÃO

O **AUDITOR** deve **planejar** seu trabalho consoante as Normas Profissionais de **Auditoria** Independente, as Normas Brasileiras de Contabilidade e de acordo com os prazos e demais compromissos contratualmente assumidos com a empresa auditada.



# RELEVÂNCIA

Os exames de **Auditoria** devem ser planejados e executados na expectativa de que os **eventos relevantes relacionados com as demonstrações contábeis sejam identificados.**

**DISTORÇÃO** é a diferença entre o valor, classificação, apresentação ou divulgação de um item informado nas Demonstrações Contábeis e o valor requerido para que o item esteja de acordo com a estrutura de relatório contábil aplicável.

# DISTORÇÃO

Pode ser decorrente de **ERRO** ou de **FRAUDE** e pode ser oriunda de:

- ❖ **imprecisão na coleta** ou no processamento de dados usados na elaboração das demonstrações contábeis.
- ❖ **omissão de valor** ou divulgação.
- ❖ **estimativa contábil incorreta** decorrente da falta de atenção aos fatos ou de interpretação errada dos fatos.
- ❖ **julgamento da administração** sobre estimativas contábeis que o **Auditor** não considera razoável, ou a seleção e aplicação de políticas contábeis que o **auditor** considera inadequadas.

# RISCO DE AUDITORIA





# MODELO DE RISCO DE AUDITORIA

Risco da Empresa



Fonte: Marcelo Aragão





# ANÁLISE DOS RISCOS

Deve ser feita na fase de planejamento dos trabalhos, considerando a relevância de:

## **EM NÍVEL GERAL**

considerando as Demonstrações Contábeis, bem como as atividades, qualidade de administração, avaliação do sistema contábil e de controles internos e a situação econômica e financeira;

## **NÍVEIS ESPECÍFICOS**

relativos ao saldo das contas ou naturezas e volume de transações.



# TIPOS DE RISCOS DA AUDITORIA

## DETECÇÃO

é o risco de **não se identificar erros ou irregularidades relevantes**, por ser o exame efetuado em base de testes.

## CONTROLE

é o risco de que os sistemas contábeis e de controle interno **deixem de detectar uma distorção de saldo** que poderia ser relevante.

## INERENTE

é o risco de que o saldo de uma conta ou classe de transações tem uma **distorção que poderia ser relevante**, presumindo que não houvesse controles internos correlatos.

NBC TA 200 (R1)  
05 SET 2016

## RISCOS DE AUDITORIA

**DISTORÇÃO  
RELEVANTE**

**DETECÇÃO**

Inerente

De controle

**Auditor** falha

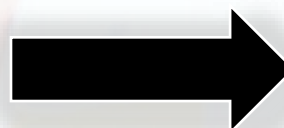
Já existe nas atividades

O controle interno falha

Amostra errada



# AVALIAÇÃO DO RISCO DE DISTORÇÃO



# RESPOSTAS AO RISCO AVALIADO

## Risco Baixo

## Risco Alto

- Aplicação de testes de controle
- Menos evidência (menor extensão)
- Procedimentos substantivos básicos (procedimentos analíticos)
- Aplicação de procedimentos em data intermediária
- Aplicação de testes substantivos detalhados
- Mais evidência (maior extensão)
- Aplicação de procedimentos em data mais próxima das DC's



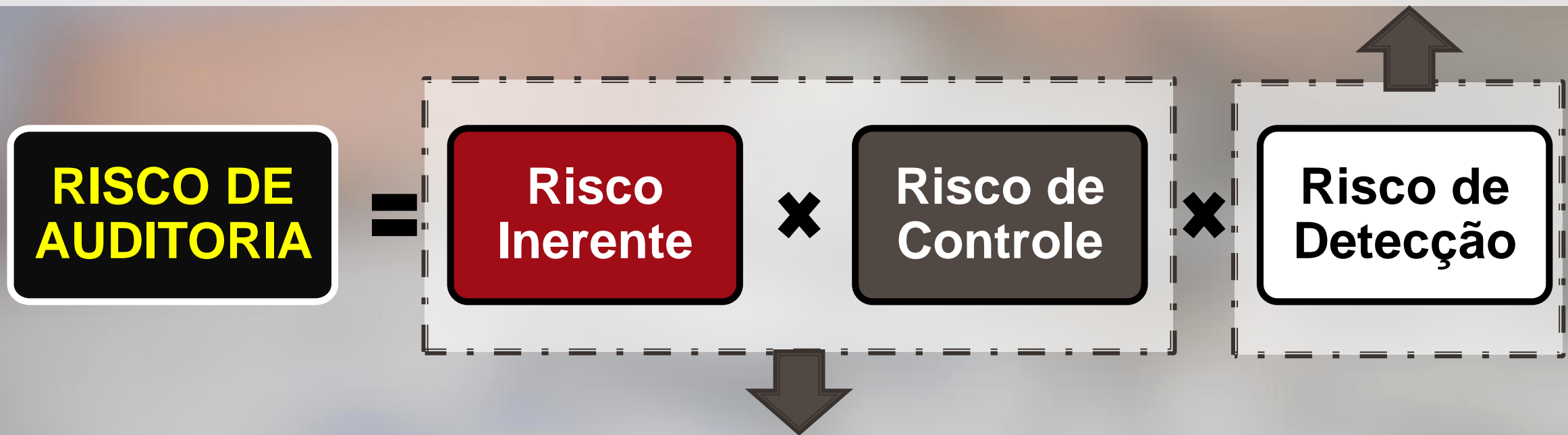
# RELAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES TIPOS DE RISCOS

Há uma relação inversa entre o risco de detecção e o risco de distorção relevante. Quanto **maior** o risco de detecção, **menor** o risco de distorção relevante a ser **aceito pelo auditor** (e vice-versa).



# RELAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES TIPOS DE RISCOS

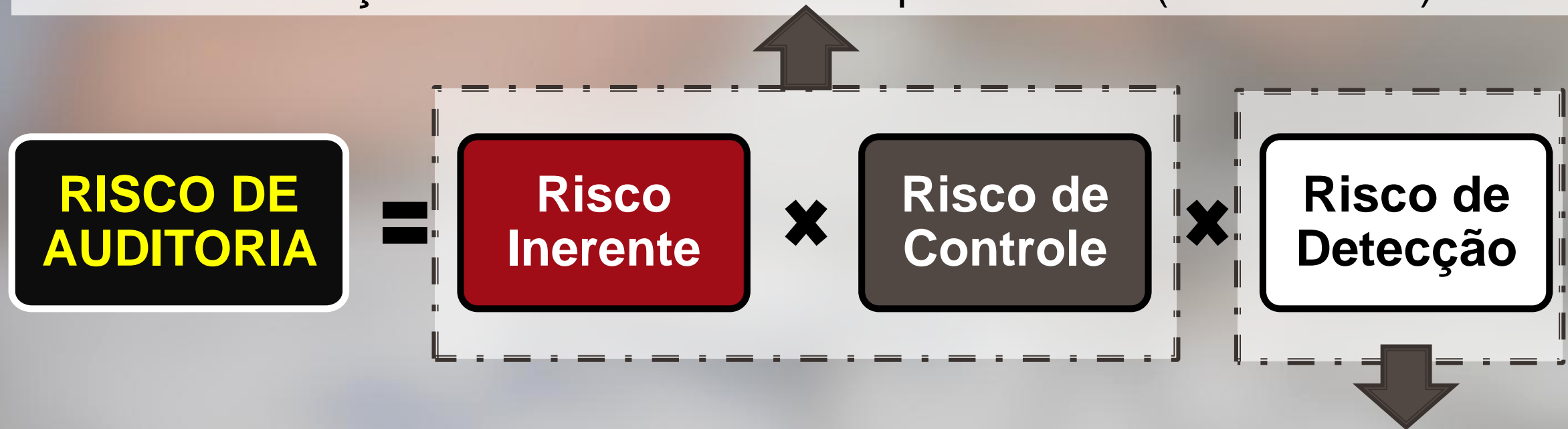
Há uma relação inversa entre o risco de detecção e o risco de distorção relevante. Quanto maior o risco de detecção, menor o risco de distorção relevante a ser aceito pelo **auditor** (e vice-versa).



Quando o **auditor** se depara com um alto risco de distorção relevante, deve garantir que o risco de detecção será baixo.

# RELAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES TIPOS DE RISCOS

Há uma relação inversa entre o risco de detecção e o risco de distorção relevante. Quanto maior o risco de detecção, menor o risco de distorção relevante a ser aceito pelo **auditor** (e vice-versa).



Quando o **auditor** se depara com um alto risco de distorção relevante, deve garantir que o risco de detecção será baixo.



# NÍVEL DOS RISCOS DE DISTORÇÃO RELEVANTE

Os riscos de distorção relevante podem existir em dois níveis, no **nível geral da demonstração contábil** e no **nível da afirmação para classes de transações**, saldos contábeis e divulgações.

## Nível geral da Demonstração Contábil



Riscos que se relacionam de forma disseminada às demonstrações contábeis como um todo e que **afetam potencialmente muitas afirmações**.

## Nível da Afirmação



Riscos relacionados ao nível de classes de transações, saldos contábeis e divulgações e são avaliados para que se **determine** a natureza, a época e a extensão dos procedimentos.

# GERENCIAMENTO DE RISCOS

É uma atividade fundamental que servirá de apoio para diversas outras atividades, como **planejamento estratégico**, **Auditoria Interna**, etc.

O **AUDITOR INTERNO** deve avaliar e monitorar os riscos dos processos auditados, verificando as consequências quando os objetivos não são atingidos e se os **controles associados** mitigam os riscos existentes.

# RISCO DE NEGÓCIO

**Resulta de condições, eventos, circunstâncias, ações ou falta de ações significativas que possam **afetar adversamente** a capacidade da empresa de alcançar seus objetivos e executar suas estratégias, ou do estabelecimento de objetivos ou estratégias inadequadas.**

**NBC TA 315 (R2) - 02 SET 2021 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e de seu Ambiente**



# AVALIAÇÃO DO SISTEMA CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO

Deve efetuar o estudo e avaliação do **sistema contábil** e dos **controles internos** da empresa, com base para **determinar** a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de **auditoria**.

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# NORMAS RELATIVAS A OPINIÃO

## O que é?

O **RELATÓRIO DE AUDITORIA** é o produto final da auditoria que deve conter a expressão da opinião do **auditor**, sobre se as demonstrações contábeis são elaboradas, de acordo com a estrutura de relatório contábil aplicável.

NBC TA 700 – 04 JUL 2016

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

## Características do Relatório do Auditor

- ❖ O **auditor** assume **responsabilidade técnico-profissional**, por meio do relatório de auditoria.
- ❖ É **endereço** às pessoas para quem o relatório de auditoria é elaborado, frequentemente para os acionistas ou para os responsáveis pela governança da empresa.
- ❖ Deve **identificar as demonstrações contábeis** sobre as quais o **auditor** está expressando sua opinião (nome da empresa e datas).
- ❖ Deve ser assinado pelo contador responsável pelos trabalhos e conter seu CRC.
- ❖ O relatório não pode ter **data** anterior à data em que o **auditor** obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis.

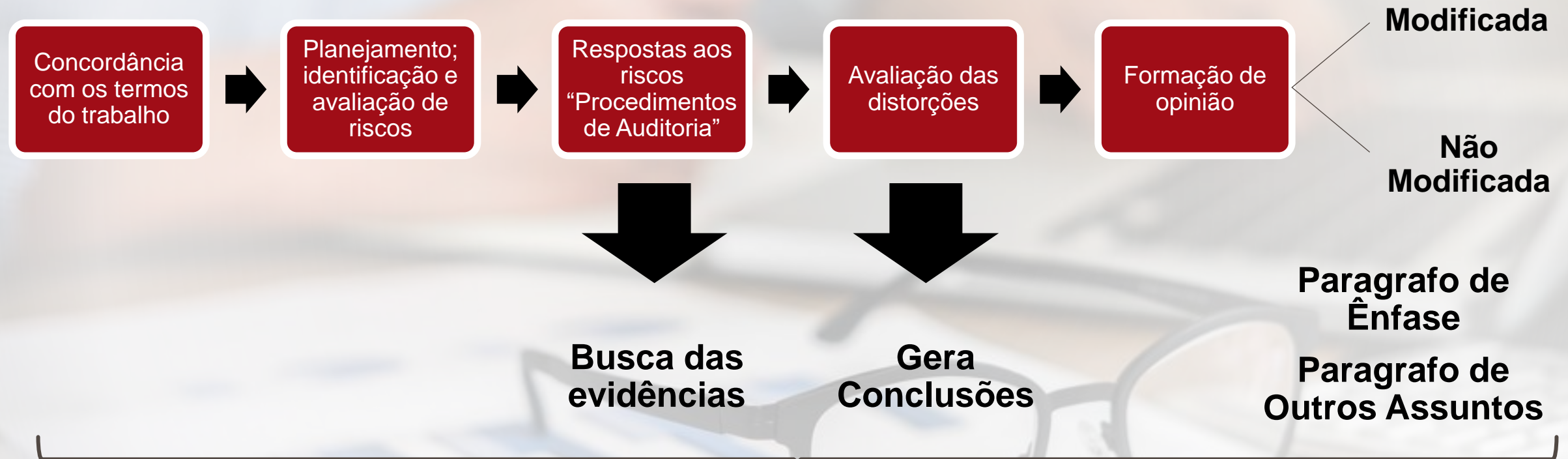
# MODELO DE RELATÓRIO – NBC TA 700

## Composição do **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

- ❖ **Título**
- ❖ **Destinatário**
- ❖ **Opinião do Auditor**
- ❖ **Bases para a Opinião do Auditor**
- ❖ **Principais assuntos de auditoria**
- ❖ **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**
- ❖ **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**
- ❖ **Assinatura do auditor**
- ❖ **Data do relatório do auditor**
- ❖ **Endereço do auditor**



# FORMAÇÃO DA OPINIÃO



**Concordância com os termos do trabalho**



# OPINIÕES DO **AUDITOR?**

Vou te ajudar a  
esclarecer **os tipos**  
existentes.

**Comunicam a **confiabilidade**  
das demonstrações  
contábeis, indicando um nível  
diferente de CONFORMIDADE  
e CONFIANÇA.**



# TIPOS DE OPINIÃO DE AUDITORIA

A **OPINIÃO** classifica-se, segundo a natureza da opinião do **Auditor** em....

Sem ressalva

Com ressalva

Adversa

Abstenção de  
Opinião

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# TIPOS DE OPINIÃO MODIFICADA

## OPINIÃO MODIFICADA COMPREENDE...

NBC TA 705 – 04 JUL 2016

Opinião com Ressalva

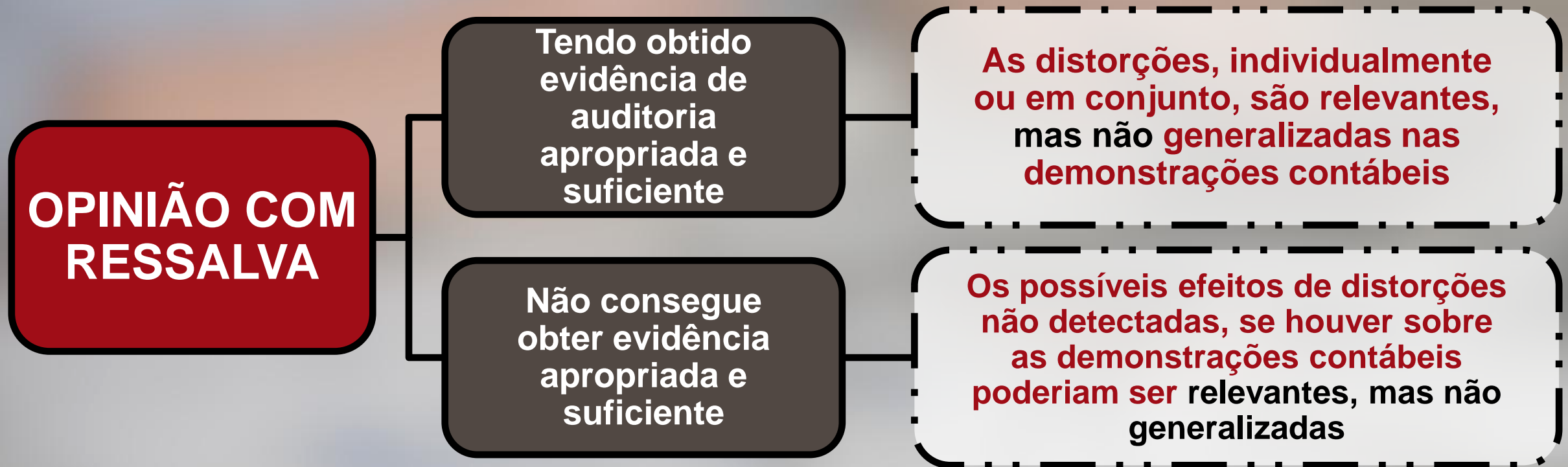
Opinião Adversa

Abstenção de Opinião

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# OPINIÃO COM RESSALVA





**OPINIÃO NÃO  
MODIFICADA  
SEM RESSALVA**

Quando as DC foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

**OPINIÃO MODIFICADA  
COM RESSALVA, ADVERSA E ABSTENÇÃO**

Quando o auditor conclui, com base em evidência de auditoria obtida, que as DC tomadas em conjunto apresentam distorções relevantes.

Quando o auditor não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se as DC tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes.

# PARÁGRAFOS NA OPINIÃO

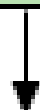
## PARÁGRAFO DE ÊNFASE

Referente a um assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, de acordo com o julgamento do auditor, é de tal importância, que é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis

## PARÁGRAFO DE OUTROS ASSUNTOS

Se refere a um assunto não apresentado ou não divulgado nas demonstrações contábeis e que, de acordo com o julgamento do auditor, é relevante para os usuários entenderem a auditoria, a responsabilidade do auditor ou o relatório de auditoria

**PARÁGRAFO  
DE ÊNFASE**



**Chama a atenção para assuntos importantes relacionados às demonstrações financeiras e apropriadamente apresentados ou divulgados nas demonstrações financeiras.**

**PARÁGRAFO DE  
OUTROS ASSUNTOS**



**Chama a atenção para assuntos relevantes ao entendimento do usuário, não apresentados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.**



# OPINIÃO SEM RESSALVA

**Indica que as demonstrações contábeis apresentam de **forma correta**, em todos os aspectos materiais, a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa de acordo com as normas contábeis aplicáveis.**

Indica que o **AUDITOR** está convencido de que:

❖ As demonstrações contábeis **foram preparadas** de acordo com a estrutura do relatório contábil aplicável.

❖ Há **apropriada divulgação** de todos os assuntos relevantes às demonstrações contábeis.

❖ Tendo havido alterações em procedimentos contábeis, os seus **efeitos foram adequadamente determinados** e revelados nas demonstrações contábeis.

# RELATÓRIO COM OPINIÃO DE AUDITORIA

Circunstâncias que **MODIFICAM** a opinião do **AUDITOR**:

❖ Discordância com a administração da empresa a respeito do conteúdo e/ou forma da apresentação das Demonstrações Contábeis.

❖ Normas contábeis, próprias ao segmento econômico (empresa com regulação específica), que forem significativamente conflitantes com as práticas contábeis brasileiras.

❖ Limitação na extensão do trabalho de auditoria.

**Com Ressalva ou Adversa**

**Com Ressalva ou Abstenção de Opinião**



# RELATÓRIO COM OPINIÃO DE AUDITORIA

Natureza do assunto que gerou a modificação	Quais são os efeitos ou possíveis efeitos sobre as Demonstrações Contábeis	
O que gerou a modificação de opinião?	Relevante, mas <b>não</b> generalizado.	Relevante e generalizado.
As demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes.	Opinião com Ressalva	Opinião Adversa
Impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.	Opinião com Ressalva	Abstenção de Opinião.

# OPINIÃO COM RESSALVA

Indica que, **exceto** por certos **assuntos identificados**, as demonstrações contábeis são apresentadas de forma correta.

Os assuntos que levaram à **ressalva** são detalhados no Relatório do **Auditor**.

# ABSTENÇÃO DE OPINIÃO

Ocorre quando o **auditor** deixa de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis, por não ter obtido comprovação suficiente para fundamentá-la.

Limitação de Extensão

Limitações impostas pela Administração da Empresa.  
Limitações circunstanciais.

Incertezas

Fatos incertos que podem afetar as demonstrações e que impeçam a formação de opinião do **auditor**.

A Abstenção de Opinião em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto **não** elimina a responsabilidade do **Auditor** de mencionar, no relatório, qualquer desvio relevante que possa influenciar a decisão do usuário dessas informações.



# Quando se deparar com **INCERTEZAS** o auditor pode...

**Adicionar o Parágrafo de Ênfase**

Quando ocorrer **incerteza** em relação a fato relevante, mas esteja devidamente divulgada nas demonstrações contábeis (opinião continua sem ressalva).

**Emitir uma Opinião com Ressalva ou Adversa**

Se o auditor concluir que a matéria envolvendo **incerteza relevante** não está adequadamente divulgada nas demonstrações contábeis.

**Emitir uma Opinião com Ressalva ou Abstenção de Opinião**

Quando as **incertezas** impedem a formação de opinião do auditor.

A existência de **INCERTEZA** relativa ao desfecho futuro de litígio excepcional ou ação regulatória é um dos exemplos de circunstâncias em que o **Auditor** pode considerar necessário incluir no Relatório um **PARÁGRAFO DE ÊNFASE.**

# EVENTOS SUBSEQUENTES

Eventos ocorridos **entre a data do balanço e a data do relatório de auditoria**, bem como, a fatos que chegaram ao conhecimento do **auditor** após a data do seu relatório que possam demandar ajustes das Demonstrações Contábeis.

O **auditor** deve considerar em sua opinião os efeitos decorrentes de transações e eventos subsequentes relevantes ao exame das Demonstrações Contábeis, como:

- ❖ Perda em contas a receber decorrente da falência do devedor;
- ❖ Pagamento ou sentença judicial;
- ❖ Destruição de estoques ou estabelecimentos em decorrência de sinistro.

**Paragrafo de Ênfase**

**Opinião com Ressalva**

**Opinião Adversa**



# EVENTOS SUBSEQUENTES

Ocorridos e conhecidos entre a data do término do exercício social e a data de emissão do relatório (período subsequente).

1

**Término do  
Exercício  
Social**

2

Conhecidos após a  
divulgação das  
Demonstrações  
Contábeis

3

Conhecidos depois do  
término do trabalho de  
campo e a data de  
emissão do relatório e  
antes da divulgação das  
Demonstrações  
Contábeis.

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# Ocorridos entre a emissão do relatório e a divulgação das demonstrações contábeis

O **auditor** não é responsável pela execução de procedimentos ou indagações sobre as Demonstrações Contábeis após a data de sua Opinião, sendo a **administração responsável** por informar ao **auditor** fatos que possam afetar as demonstrações contábeis.

Quando a administração alterar as demonstrações, o **auditor** deve executar os procedimentos necessários nas circunstâncias e fornecer novo relatório sobre as demonstrações ajustadas.

Quando a administração não alterar as demonstrações e o relatório não tiver sido liberado para a empresa, o **auditor** deve revisá-lo e, se for o caso, expressar uma opinião com ressalva ou adversa.

# Conhecidos após a divulgação das demonstrações contábeis

O **auditor não tem responsabilidade** de fazer qualquer indagação sobre essas demonstrações.

Quando o **auditor** tomar conhecimento de fato anterior à data do seu relatório e que, se fosse conhecido naquela data, poderia tê-lo levado a emitir opinião diversa do que foi, deve decidir se as demonstrações precisam de revisão, discutir o assunto com a administração e tomar as medidas apropriadas às circunstâncias.




Administração toma as medidas necessárias

Executa procedimentos adicionais e emite novo relatório com paragrafo de ênfase.

Pode julgar desnecessária a alteração das demonstrações e emissão de novo relatório.

Administração **não** toma as medidas necessárias



Informar a administração que poderá tomar medidas para impedir que seu relatório seja utilizado por terceiros, resguardando, assim, seus direitos e obrigações legais.



# COMPARATIVO ENTRE AS TRÊS SITUAÇÕES

	Entre o término do exercício e a emissão do relatório	Entre a emissão do relatório e a divulgação das demonstrações	Após a divulgação das demonstrações contábeis.
O <b>auditor</b> tem responsabilidade em indagar por eventos subsequentes?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>
O que acontece quando a administração faz as alterações necessárias?	Emite opinião sem ressalvas	Emite novo relatório (data posterior à data das modificações)	Emite novo relatório com parágrafo de ênfase (data posterior à data das modificações)
O que acontece quando a administração não faz as alterações necessárias?	Opinião com ressalvas ou adversa	Opinião com ressalvas ou adversa	Medidas para impedir que o relatório seja utilizado por terceiros.

# CONTINUIDADE OPERACIONAL E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

De acordo com o pressuposto de continuidade operacional, a empresa é vista como continuando em operação em futuro previsível.

Segundo a **NBC TA 530 - Amostragem**, o **auditor** deve revisar a avaliação da administração sobre a capacidade operacional.

**Obter evidência de auditoria** suficiente sobre a adequação do uso do pressuposto de continuidade operacional na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

**Expressar uma conclusão** sobre se existe incerteza significativa sobre a capacidade de continuidade operacional.

**Não cabe ao auditor** garantir a continuidade operacional da empresa, pois ele não pode prever eventos ou condições futuras que venham a causar uma descontinuidade.

# CONTINUIDADE OPERACIONAL E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na execução de **procedimentos de avaliação de risco**, o **auditor** deve verificar se há eventos ou condições (= indicadores) que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da empresa.

## FINANCEIRAS

Passivo a descoberto.

Capital Circulante Líquido Negativo.

Principais índices financeiros adversos.

Empréstimos com prazo fixo sem previsões realistas de renovação ou liquidação.

Utilização excessiva de empréstimos de curto prazo para financiar ativos de longo prazo etc.

## OPERACIONAIS

Perda de pessoal chave da administração, sem que haja substituição.

Intenções da administração de liquidar a e ou interromper as operações.

Dificuldade na manutenção de mão de obra.

Falta de suprimentos importantes.

Perda de mercado importante, clientes importantes ou principais fornecedores.

## OUTRAS INDICAÇÕES

Descumprimento de exigências de capital mínimo ou de outras exigências legais ou regulamentadas, inclusive as estatutárias.

Contingências ou processos legais e administrativos pendentes contra a empresa, que resultem em obrigações que não possam ser cumpridas.

Alterações na legislação ou na política governamental que afetem a empresa de forma adversa.



# CONTINUIDADE OPERACIONAL E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A estimativa contábil é uma previsão quanto ao valor de um item contábil que envolve julgamento baseado nas melhores evidências disponíveis (normalmente, é feita a comparação com o comportamento dos itens no período anterior ao das Demonstrações Contábeis).

Estimativa de Perda (créditos de liquidação duvidosa);

Estoques obsoletos.

Provisões para:

- Reduzir ativos ao seu valor provável de realização;
- Alocar o custo de itens do ativo durante suas vidas úteis estimadas (depreciação, exaustão ou amortização);
- Perdas em geral;
- Obrigações decorrentes de garantias;
- Indenizações.

O cálculo das estimativas contábeis é de exclusiva **responsabilidade da administração da empresa.**

Quando o **Auditor** obtém evidências da **incapacidade de continuidade da empresa** deve informar, em **PARÁGRAFO DE ÊNFASE** na opinião, os efeitos da situação na continuidade operacional da empresa de forma que os usuários tenham adequada informação sobre a situação.

NBC TA 570 – 04 JUL 2016 - Continuidade Operacional

Quando a empresa apresenta incerteza relevante em relação a sua continuidade, mas o **Auditor** conclui que o pressuposto de continuidade sustentado pela administração é apropriado o **auditor** deve estar satisfeito sobre a adequação das informações prestadas em **notas explicativas** e incluir um **PARÁGRAFO DE ÊNFASE SOBRE A INCERTEZA**, fazendo menção da nota explicativa que trata do assunto.



# CONTINUIDADE OPERACIONAL E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

O entendimento dos procedimentos de estimativas contábeis é importante para o **auditor** planejar a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria.

Analisar a **fundamentação matemático-estatística** dos procedimentos utilizados pela empresa na quantificação das estimativas.

Verificar a coerência das estimativas com o comportamento dos itens estimados em períodos anteriores, as práticas correntes em empresas semelhantes, os planos futuros da empresa, a conjuntura econômica e as suas projeções.

Quando possível, o **auditor** deve **comparar as estimativas contábeis de períodos anteriores** com os resultados reais desses períodos.

Se o **auditor** apurar que houve uma **diferença significativa** entre as estimativas feitas em períodos anteriores e os resultados reais desses períodos ele deve **verificar se houve o competente ajuste nos procedimentos**, de forma a permitir estimativas mais apropriadas no período em exame.

## OPINIÃO QUANDO DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE CONTROLADAS E COLIGADAS SÃO ÁUDITADAS POR OUTROS AUDITORES

Quando houver participação de outros **Auditores** no exame das demonstrações contábeis das controladas e/ou coligadas, relevantes, o **AUDITOR** da controladora e/ou investidora deve destacar esse fato na sua opinião.

# OPINIÃO SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONDENSADAS

O **Auditor** pode expressar opinião sobre demonstrações contábeis apresentadas de forma **CONDENSADA**, desde que tenha emitido opinião sobre as Demonstrações Contábeis originais.



**Toda informação importante,  
relacionada com ressalva, opinião  
adversa, abstenção de opinião e/ou  
ênfase, constante da opinião do **Auditor**  
sobre Demonstrações Contábeis  
originais, deve estar incluída na opinião  
sobre as **Demonstrações Contábeis  
Condensadas.****

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NÃO-AUDITADAS

Sempre que o nome do **Auditor** estiver, de alguma forma, associado com Demonstrações ou Informações Contábeis que **ele não auditou**, estas devem ser claramente identificadas como **“NÃO-AUDITADAS”**, em cada folha do conjunto.

# INFORMAÇÕES COMPARATIVAS

**Ao emitir relatório sobre demonstrações contábeis, cobrindo também o período anterior, em conexão com a auditoria do período corrente, se a opinião atual (do mesmo **auditor**) sobre as demonstrações do período anterior for diferente da opinião expressa anteriormente, o **auditor** deve divulgar as razões substanciais para a opinião diferente em um **PARÁGRAFO DE OUTROS ASSUNTOS**.**

**NBC TA 710 (R1) – Informações Comparativas – 05 SET 2016**



# AUDITORIA DE GRUPOS

A norma **Considerações Especiais – Auditoria de Demonstrações Contábeis de Grupo**, incluindo o trabalho dos **auditores** dos componentes, os objetivos do **auditor** são determinar se atua, ou não, como **auditor** das demonstrações contábeis do grupo.

**O auditor deve adotar algumas medidas:**

- deve comunicar-se claramente com os **auditores** de componentes a respeito do alcance e da época de seu trabalho sobre as informações contábeis relativas aos componentes e às suas constatações.
- deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente a respeito das informações contábeis dos componentes e do processo de consolidação para expressar uma opinião sobre se as demonstrações contábeis do grupo forem elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório contábil aplicável.

# DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

**A empresa deve aplicar as mesmas políticas contábeis nas suas demonstrações contábeis intermediárias que são aplicadas nas demonstrações contábeis anuais, com exceção de alterações de políticas contábeis feitas depois da data da mais recente demonstração contábil anual, as quais irão ser refletidas nas próximas demonstrações contábeis anuais.**

**NBC TG 21 (R4) – 24 NOV 2017 - Demonstração Intermediária**

O requerimento de que as empresas apliquem, nas suas **Demonstrações Contábeis Intermediárias**, as mesmas políticas contábeis que são aplicadas nas demonstrações contábeis anuais pode parecer sugerir que as mensurações do período intermediário são feitas como se cada período intermediário se comportasse como se fosse um período de reporte independente.

**NBC TG 21 (R4) – 24 NOV 2017 - Demonstração Intermediária**



# TIPOS DE RELATÓRIOS



## RELATÓRIOS FORMAIS

elaborados de forma escrita e sujeitos a determinadas normas, muitas das quais estão contidas nas próprias normas de auditoria.



## RELATÓRIOS INFORMAIS

geralmente não consubstanciam a forma escrita, mas compreendem apenas informações verbais, transmitidas aos administradores da empresa auditada ou a seus subordinados, e que envolvem assuntos não relevantes, que podem ser corrigidos sem que precisem constar de relatórios formais.

# OUTROS TRABALHOS DE AUDITORIA

## AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES PARA PROPÓSITOS ESPECÍFICOS

Elaborados de acordo com as regras contábeis usuais, mas com objetivo específico.

Ex.: Demonstração da movimentação do patrimônio líquido; relatório estruturado por grupo econômico; avaliar fluxo de caixa específico etc.

Base: NBC TO 3000 – 25 NOV 2015

Trabalho de asseguuração. Também conhecido como trabalho de atestação.

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# TRABALHOS DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS

Consiste em **trabalhos cuja extensão e abrangência são definidas pela Administração das Empresas**, relacionadas a itens individuais de dados financeiros, uma demonstração contábil isolada ou mesmo um conjunto completo de demonstrações contábeis.

O **objetivo do trabalho** consiste na aplicação de procedimentos de auditoria acordados entre o **auditor**, a empresa e, eventualmente, terceiros, com a consequente emissão de relatório contendo o resultado das aplicações dos procedimentos.



**Visa emitir um relatório dos fatos constatados e a proposição de novas práticas visando a conformidade e o cumprimento legal.**

**Objetivo é definido pelo contratante.**

**Ex.: Consultoria ou Assessoramento gerencial de tributos ou qualquer outra área da empresa.**

# ESTRUTURA DE RELATÓRIO

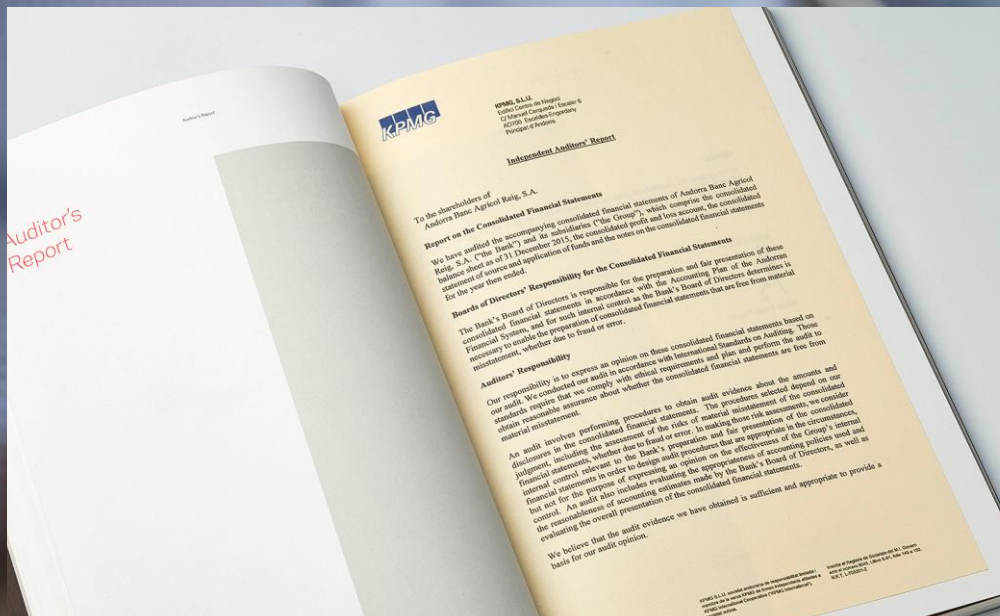
## DE CONFORMIDADE

Elaborado para satisfazer as necessidades de informações financeiras de usuários específicos. Exemplo: a estrutura definida pelo Banco Central aplicável aos bancos.

## DE PROPÓSITO GERAL

São elaborados para satisfazer as necessidades informacionais de usuários externos que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender às suas necessidades peculiares.

# Entre os relatórios formais, podemos distinguir os seguintes tipos principais:



## RELATÓRIO DE FORMA CURTA

também conhecido por Opinião do Auditor.



## RELATÓRIOS DE FORMA LONGA

poderão ser bastante analíticos, quanto à descrição dos trabalhos realizados, mas poderão não conter uma opinião final e formal do Auditor.





## RISCO DE AUDITORIA

DISTORÇÃO  
RELEVANTE

**Risco Inerente** é a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, ANTES DA CONSIDERAÇÃO DE QUAISQUER CONTROLES RELACIONADOS.

**Risco de Controle** é o risco de que uma distorção que possa ocorrer uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo CONTROLE INTERNO DA EMPRESA.

DETECÇÃO

Risco de que os procedimentos **EXECUTADOS PELO AUDITOR** para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

Risco de que o **auditor** expresse uma opinião de auditoria **INADEQUADA** quando as demonstrações contábeis contiverem **DISTORÇÕES RELEVANTES.**

Fonte: NBC TA 200 – 05 SET 2016

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# RESPOSTAS AOS RISCOS

É nessa fase que será elaborado o **PLANEJAMENTO DA AUDITORIA.**

O **auditor** irá buscar um entendimento acerca do ambiente de controle, sobre a integridade da administração da empresa, sobre todos os fatores importantes, para que ele possa identificar a probabilidade de ocorrer em **fraudes e erros relevantes.**



## **Respostas do AUDITOR aos riscos avaliados de fraude**

### **Respostas globais**

- Ampliar o ceticismo
- Designar pessoal mais experiente
- Ampliar a supervisão
- Incorporar elemento de imprevisibilidade na seleção dos procedimentos de auditoria

### **Respostas específicas no nível de afirmações**

- Visitar locais de surpresa
- Solicitar a contagem de estoques no fim do período
- Alterar a abordagem de auditoria
- Executar procedimentos analíticos usando dados não agregados
- Aplicar técnicas assistidas por computador
- Testar a integridade de registros em sistemas de TI
- Buscar evidências junto a fontes externas

**Fonte: Marcelo Aragão**

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*

# AVALIAÇÃO DAS DISTORÇÕES

Após avaliar os riscos, o **auditor** irá responde-los, definindo um PLANO DE AUDITORIA que contenha procedimentos compatíveis com esses riscos avaliados.

Como resposta ao risco, irá aplicar os procedimentos de auditoria para buscar o que é o mais importante na auditoria: **as evidências**.

Essas evidências da auditoria precisam ser adequadas, suficientes em termos de quantidade, e também obtidas de fontes confiáveis.



# FORMAÇÃO DA OPINIÃO

**OPINIÃO NÃO MODIFICADA:** ocorre quando o **auditor** entende que as demonstrações contábeis são adequadas (opinião sem ressalva).

**OPINIÃO MODIFICADA:** quando o **auditor** entende que há distorções relevantes (com ressalva ou adversa).

O **auditor** poderá emitir um relatório com **abstenção de opinião**, se durante o processo de auditoria ocorrer uma limitação importante não conseguindo obter as evidências e aplicar os procedimentos cabíveis.

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

As REPRESENTAÇÕES FORMAIS são evidências de auditoria necessárias, a opinião do **auditor** não pode ser expressa, e o relatório **não pode ser datado**, antes da data das representações formais.

Como o **AUDITOR** está interessado em eventos que ocorram até a data do seu relatório e que possam exigir ajuste ou divulgação nas demonstrações contábeis, as **representações formais** são datadas o mais próximo possível da data do seu relatório sobre as demonstrações contábeis, mas não após a data do relatório.

NBC TA 580 (R1) – Representações Formais – 05 SET 2016

O **AUDITOR** deve avaliar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os **requisitos da estrutura de relatório contábil aplicável**.


Essa avaliação deve incluir a consideração dos aspectos qualitativos das políticas contábeis da empresa, incluindo indicadores de possível tendenciosidade nos julgamentos da administração.

**A Auditoria Contábil desempenha um papel crucial na manutenção da integridade e transparência financeira das organizações. À medida que o ambiente de negócios e as tecnologias evoluem, é essencial que a prática de auditoria continue a se adaptar e a melhorar para enfrentar novos desafios e aproveitar novas oportunidades.**





O compromisso com as normas, a objetividade e a inovação garantirão que a **Auditoria** continue a ser uma ferramenta vital para a confiança e a estabilidade no mundo financeiro.



***“O homem comum é  
exigente com os outros;  
o homem superior é  
exigente consigo mesmo.”***

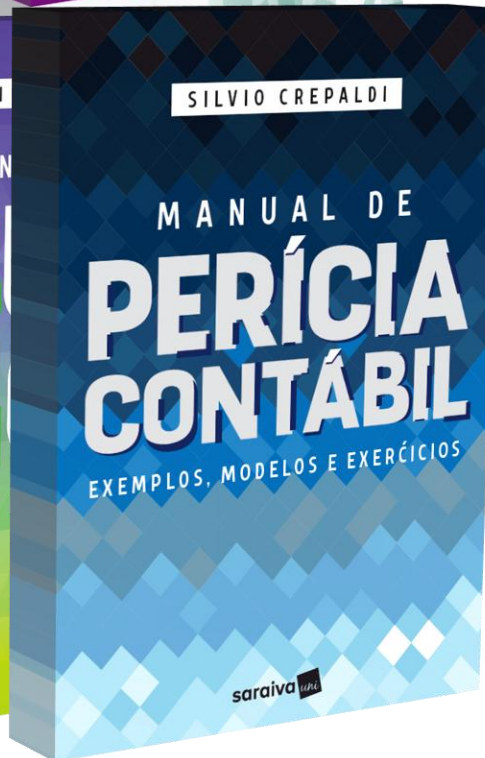
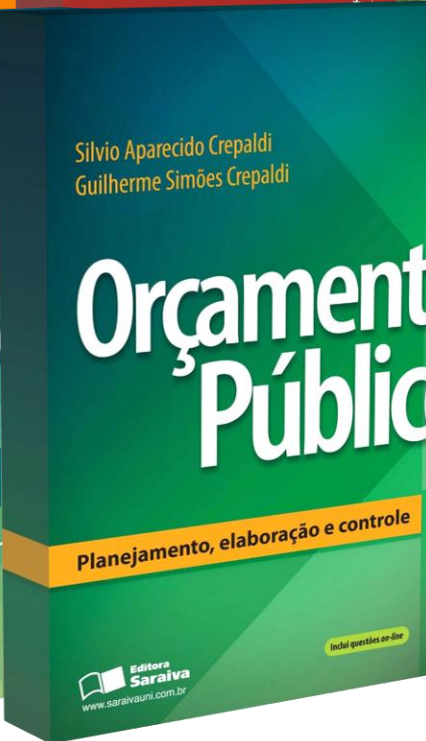
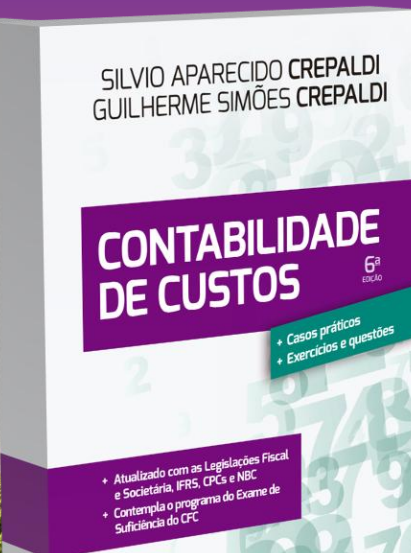
***MARCO AURÉLIO***

OBRIGADO!

PROFESSOR

*Silvio Crepaldi*







**Silvio Aparecido Crepaldi**

**ADVOGADO ♦ ADMINISTRADOR ♦ CONTADOR**

Rua Antônio de Sousa Franqueiro, nº 247 - Bairro Jardim Finotti - Uberlândia - MG  
CEP: 38.408-114 - (34) 99146 4528 - [silvio@crepaldi.adv.br](mailto:silvio@crepaldi.adv.br) - [www.crepaldi.adv.br](http://www.crepaldi.adv.br)



# VAMOS PRATICAR

**A Fala Fácil Cia. de Telecomunicações é uma empresa revendedora de aparelhos e acessórios de telefonia móvel (carregadores, baterias, cabos etc.), que opera por meio de uma rede de lojas em cidades de pequeno e médio porte situadas no interior do Estado de São Paulo.**

**As demonstrações financeiras que serão objeto de auditoria se encerram em 31 de dezembro de 2024 e você é a(o) supervisor(a) da firma de auditoria responsável pelo fornecimento de asseguuração razoável dessas demonstrações financeiras.**



**A Fala Fácil adquire suas mercadorias para revenda de fornecedores situados no Sudeste Asiático e essas mercadorias são enviadas para o depósito da empresa situado na cidade de Santos. As mercadorias, que incluem aparelhos celulares com valor de mercado acima de USD 1.000 a unidade, são transportadas dos fornecedores até a Fala Fácil por via marítima e o tempo transcorrido desde o embarque na Ásia até o desembarço aduaneiro no porto de Santos é de aproximadamente quatro semanas.**

**As vendas são realizadas na modalidade FOB (*Free on Board*), ou seja, a Fala Fácil passa a ter propriedade e responsabilidade sobre as mercadorias adquiridas a partir do embarque no porto de origem.**

**O prazo para pagamento das compras realizadas desses fornecedores é de 180 dias contados a partir da data de embarque no porto de origem.**

**A Fala Fácil possui uma política de controle de seus estoques que estipula que seja realizada uma contagem de estoques com valor unitário relevante no último dia do ano.**

**Outrossim, a política determina que também sejam realizadas pelo menos 3 contagens de todos os itens de estoques no período de março a setembro de cada ano.**

**Quaisquer erros identificados nas contagens são ajustados no sistema de estoque dentro do próprio mês em que foi realizada a contagem.**

**A Fala Fácil apresentou nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 prejuízo líquido e capital circulante negativo.**



**Nesse contexto, as notas explicativas contêm comentário detalhado sobre essa situação, que é avaliada como transitória pela Companhia, motivo pelo qual sua Administração conclui ser adequado o uso da base contábil de continuidade operacional.**

**Com base nas evidências de auditoria obtidas pelo time de auditoria, concluiu-se ser apropriada o uso da base contábil de continuidade operacional e ser adequada a divulgação fornecida nas notas explicativas que integram as demonstrações financeiras.**

**Não obstante, concluiu-se que existe incerteza relevante relacionada com eventos ou condições que, individual ou coletivamente, levantam dúvida significativa sobre a capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional.**



**Com base exclusivamente nas informações acima, responda, ao que se pede a seguir.**

**A)Descreva o risco de distorção relevante inerente relativo ao processo de compras internacionais de fornecedores do Sudeste Asiático e a condição comercial dessas compras.**

**B)Sabendo-se que se optou por uma abordagem substantiva no tocante ao risco de distorção relevante relativo à existência dos estoques de valor unitário relevante, descreva o teste substantivo que tipicamente se realizaria para endereçar esse risco de distorção relevante.**

**C)Identifique qual seria o tratamento a ser dado para a incerteza relevante e se a opinião do auditor deveria ser modificada e, se aplicável, qual o tipo de opinião modificada é adequado nesse caso.**